

Moradores do Lago Norte querem preservar área verde

A preservação e o uso adequado das áreas verdes foram defendidos na última quinta-feira, durante reunião extraordinária do Instituto de Arquitetos do Brasil — seção DF, pela prefeita Sílvia Seabra, do Lago Norte. Segundo ela afirmou, há muito tempo a comunidade está com suas atenções voltadas para o problema, em razão da planta de equipamentos urbanos elaboradas para o setor, pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo e que, por não coincidir com as expectativas dos moradores, gerou uma "carta de princípios" encaminhada à Secretaria de Viação e Obras há cerca de três meses atrás.

Nessa carta, que ainda não teve nenhuma manifestação oficial, o Lago Norte coloca a área verde como um patrimônio que está acima de interesses pessoais, porque é parte do próprio plano urbanístico de Brasília, e estabelece premissas que gostaria que fossem levadas em consideração quando da implantação dos equipamentos urbanos.

E por isso que a Prefeitura está atenta, segundo Sílvia Seabra, para a tramitação do projeto de lei n.º 4.937, que dispõe sobre a desafetação de áreas públicas no Distrito Federal, paralelamente ao acompanhamento que pretende dar ao projeto do deputado paulista, Pacheco Chaves (PMDB-SP), que autoriza a alienação das áreas verdes.

— Estamos com dois problemas pela frente. Segundo ela, é curioso que o Governo do Distrito Federal seja o inspirador de um projeto de tal natureza, principalmente quando é público que o grande objetivo da administração Lamaison é atuar no sentido de oferecer melhor qualidade de vida ao morador de Brasília.

— Sem área verde, ou com às áreas verdes comprometidas ou ameaçadas, nossa vida não será melhor, observa ela. Da mesma forma ela refuta a proposição do deputado Pacheco Chaves, o qual, na sua opinião, não tem credenciais para legislar para o Distrito Federal, uma vez que os problemas de São Paulo — terra do parlamentar —, nem de perto se assemelham aos de Brasília. Se ele quis agradar, errou de caminho; se quis atender a meia dúzia de amigos e conhecidos, pior ainda, pois a venda, além de imprópria, iria onerar excessivamente muitas famílias, já sobrecarregadas pelos ônus impostos pela correção monetária àqueles que financiaram suas casas.

PLANTA

A "briga" pela área verde, no Lago Norte, começou quando a Secretaria de Viação e Obras decidiu partir para a construção da ciclovia, cujo primeiro trecho ainda está em obras. O secretário José Carlos Mello ouviu a Prefeitura e chegou a até enfrentar alguma oposição, especialmente dos proprietários das pontas-de-picolé — os lotes que arrematam cada conjunto. Mas a prefeitura considerou que o número de beneficiários era muito maior do que os 119 donos das pontas e endossou o projeto que, segundo constou, era custeado com uma verba da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU).

Mas o que era um projeto modesto e desprezível, segundo Neide Janveja, moradora da QL 8, logo se revelaria draconiano, invadindo espaços muito além do necessário. É a ciclovia, que estava sendo feita para bicicletas, assumiu largura que lhe conferiu, segundo a moradora, o título de "a mais larga do mundo", com possibilidades abertas até ao tráfego de veículos, o que, na sua opinião, era um desvirtuamento dos objetivos inicialmente estabelecidos.

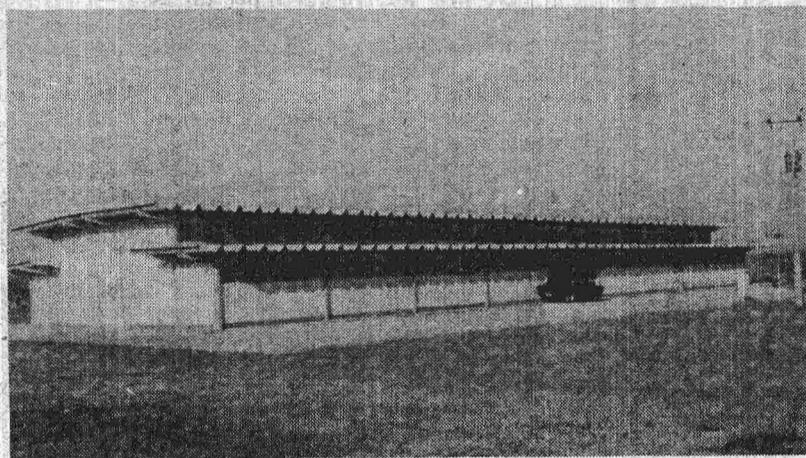
A partir daí o assunto só voltou a ser considerado quando a comunidade, ao sondar junto ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo a possibilidade de dispor de uma área para construir seu clube de Unidade e Vizinhança, descobriu que estava em fase final a planta de equipamentos urbanos para o setor, praticamente a caminho do cartório.

A surpresa foi maior, segundo Sílvia Seabra, quando se verificou que o projeto, a despeito de estar embasado em dados autorizados, preconizava o uso da área verde de uma forma com a qual não estava de acordo a comunidade quase em



Roberto Jayme

Em contrapartida, os moradores pedem a urbanização da favela do Varjão e o funcionamento do Centro de Saúde



peso. Para quem passou quase 18 anos esquecida dos poderes públicos, a generosidade foi além mesmo do desejado, comenta Leonor Gonçalves, moradora da QL 2. "Não iriam nos dotar de apenas um clube, mas de quatro, só que apenas um seria doado e os demais oferecidos à iniciativa privada". E foram localizados, segundo ela, de uma forma tão imprópria que poderia acontecer que os limites do clube fizessem fronteira com as cercas das casas vizinhas, com todo inconveniente que isso acarretaria.

Do susto, passou-se à ação, quando a comunidade formalizou junto à Secretaria de Viação e Obras o seu pedido para que a planta fosse aberta à comunidade, para conhecimento e participação. O secretário aceitou e, a despeito da reunião ter-se realizado em pleno dia de semana, num horário pouco conveniente, teve um quorum muito alto e marcou um posicionamento que a comunidade até hoje vem mantendo a fim de defender seus interesses.

Ao final de muitas assembleias gerais, muitas reuniões em grupos, muitas minutas e, sobretudo, muita reflexão, segundo Sílvia Seabra, foi que se elaborou a "carta de princípios" levada ao secretário José Carlos Mello, juntamente com um esboço de como poderia ser aplicada na prática.

— Não fizemos nada precipitadamente, afirma a prefeita. Levamos um bom tempo nesse trabalho, principalmente porque tínhamos aquilo como uma contribuição importante, jamais uma irreverência, uma ousadia. Afinal, quem vai viver aqui somos nós — observa ela — e nós sabemos o que é bom para a gente. Nesse sentido, como concordar com a presença de um posto de lavagem e lubrificação ao lado da escolinha? Ou com um pequeno comércio ao lado de casa, com todas suas determinantes?

— Há quem diga que somos utópicos, sonhadores — prossegue Sílvia. Mas temos de resguardar de qualquer forma a nossa opção de morar no Lago Norte. Muita gente aqui deixou de comprar lotes no Lago Sul, atraída pela possibilidade de ter uma vida mais tranquila, mais bucólica, ouvindo o cantar dos pássaros e vendo circular as borboletas. Tudo isso deixaria de ter sentido com a centena de equipamentos projetados e que incluem, entre outros, oito templos, 12 áreas de lazer, 10 postos de gasolina, dezenas de unidades comerciais de pequeno, médio e grande porte, entre outros.

CARTA

Perante o "aparato da proposta", segundo Carmem Gramacho, foi que os moradores resolveram definir o que consideravam essen-

cial. E concluiu-se que ninguém tinha a pretensão de abastecer — se na esquina de pão ou verduras, mas preferia andar um pouco mais e desfrutar de pequenos centros de compra instalados ao longo do canteiro central da península, que serviriam tanto aos moradores das QLS e QIs ímpares como os das pares, em condição de igualdade.

— As compras grandes seriam feitas num shopping center a ser construído logo à entrada da península, no chamado "Morro do Chocolate" (tem esse nome em função da grande quantidade de terra que retiraram dali para abastecer obras públicas), explica Sílvia. Para se manter, o shopping atenderia também às comunidades da Asa Norte, Sobradinho e Planaltina, e incluiria além de serviços e comércio de largo porte, também atividades culturais como teatro, biblioteca, centro de criatividade.

Descartando qualquer interesse da comunidade de vir a se tornar vizinha de um clube social, a prefeitura indica o uso dos espaços programados para esse fim para a localização do conjunto igreja/escola maternal/jardim e creches, que são atividades afins. E sugere o aproveitamento dos demais espaços locados para a construção de quadras polivalentes, o grande anseio da população jovem.

— Churrasqueiras coloniais não entram na cogitação de muitos, na opinião de Neide Janveja, porque é um tipo de lazer do qual prescindimos porque temos em nossa própria casa. Se a obra foi feita também para nos beneficiar, por que não edificarmos uma quadra polivalente para nossos filhos bater uma pelada, jogar vôlei ou basquete?

— E não venham nos dizer que somos contra os farofeiros, diz a prefeita Sílvia Seabra. Eles são muito melhores do que muita gente boa por aí. Não fomos nós os primeiros em todo o Distrito Federal a levantar a voz e pedir a urbanização de uma favela, a do Varjão, onde há mais de seis anos é realizada uma ação social com a ajuda da paróquia e da comunidade? Apenas não achamos necessário que nos contemplem com o supérfluo quando nossas carências são por demais evidentes. E depois, o pobre do farofeiro não terá dinheiro sobrando para pagar as dispendiosas passagens de ônibus para chegar até à península e, muito menos, para comprar carne para fazer churrasco. Não esperam que ele pesque o peixe e o asse na praia porque aí, nem socorrê-lo poderemos, pois o Centro de Saúde, construído há quase um ano, continua de portas fechadas. Ou ninguém ouviu falar da poluição do lago? — pergunta ela.